



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 05/2023

----- Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Miguel Félix Paulo e Susana Maria Marques Higino de Avelar Gaspar.-----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Não foram registadas faltas. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara apresentou cumprimentos a todos os presentes e deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi presente a reunião a Ata nº 3, datada de 10 de fevereiro. -----

----- Colocada à votação a Ata foi aprovada por **unanimidade** com as **alterações propostas pelo Vereador Miguel Félix Paulo**. -----

----- Foi presente a reunião a Ata nº 4, datada de 20 de fevereiro. -----

----- Colocada à votação a Ata foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: sete milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta euros e cinquenta e nove cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: quatrocentos e vinte e dois mil, dois euros e sessenta e um cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- Não havendo assuntos para conhecimento seguiu-se o período de Intervenção dos Membros do Executivo. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR MIGUEL FÉLIX PAULO, apresentou cumprimentos a todos os presentes e

iniciou a sua intervenção questionando o Executivo sobre o ponto de situação das obras no IC2 (Itinerário Complementar n.º 2), nomeadamente sobre a construção da rotunda na localidade de Alto da Serra -----

----- Continuou solicitando também esclarecimentos sobre a questão das obras nas estradas de Fonte Longa e Alcobertas, bem como o acompanhamento das famílias, proprietárias das casas que se encontram em ruínas. -----

----- Questionou também o Executivo sobre o ponto de situação da localização do Hospital do Oeste, tendo por base uma reunião havida com o Ministro da Saúde na sede da CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo). -----

----- Solicitou também informação sobre o estado em que se encontra a nova localização do Aeroporto, nomeadamente em Santarém. -----

----- Terminou a sua intervenção questionando também pelo ponto de situação relativamente ao prolongamento da Ciclovia de Vale de Óbidos a fim de ser melhorado o acesso à referida localidade. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS**, apresentou cumprimentos a todos os presentes, e iniciou a sua intervenção enaltecendo a participação do município de Rio Maior na Bolsa de Turismo de Lisboa, o que acontecera pelo segundo ano consecutivo com um stand próprio inserido na entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, o que proporcionou uma participação mais digna. -----

----- Continuou dizendo que esta decisão obriga a que o Município tenha de realizar um investimento superior, demonstrando assim que Rio Maior tem de facto investido no Turismo. -----

----- Disse ainda que o Stand foi pensado e projetado pelos colaboradores da Autarquia da área da Cultura e Turismo e pretende-se que o mesmo seja usado para outros eventos.

----- Ainda sobre a BTL, disse que a classificação de Rio Maior ainda não era das melhores, no entanto continua-se a amadurecer o produto e a afirmar o concelho de Rio Maior como destino de referência em crescimento. -----

----- Terminou a sua intervenção com um agradecimento a todos os produtores que participaram na BTL. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**, interveio para responder às questões colocadas, e relativamente à questão da construção da rotunda do IC2, disse que o ponto de situação era o mesmo, contudo a Câmara Municipal continuava a insistir frequentemente com as Infraestruturas de Portugal, reforçando a necessidade da referida construção e disponibilizando os meios do Município. -----

----- Quanto às estradas de Fonte Longa e Alcobertas, e sobre o acompanhamento às famílias, disse que o mesmo tem sido feito de forma frequente, sobre o projeto de estabilização da estrada, disse que se encontrava na sua fase final e acrescentou que tinha

sido transmitido, pela Empresa Projetista, que pretendiam executar mais algumas sondagens nas imediações do imóvel e considerando que aquela não era uma competência da Câmara Municipal e que os custos das sondagens rondariam cerca de 6 000€, esse valor foi transmitido ao proprietário do imóvel. No entanto o proprietário manifestou alguma dificuldade em suportar estes custos e a Câmara Municipal disponibilizou-se de imediato em analisar a situação social daquela família a fim de se perceber se seria possível fornecer alguma ajuda naquela questão. -----

----- Continuou dizendo que relativamente à questão da localização do novo Aeroporto, não tinha conhecimento de qualquer andamento, referindo que apenas ia mantendo contactos com alguns Presidente de Câmara sobre o assunto, mas a Câmara Municipal de Rio Maior ainda não tinha sido envolvida formalmente em nenhuma destas discussões.----

----- Sobre a questão da Ciclovia de Vale de Óbidos, disse que era necessário fazer a construção de um muro de suporte a montante do início da ciclovia, por forma a que o talude coincidente com a estrada pudesse ter sustentação para permitir segurança aos peões e que esta obra já tinha sido adjudicada, por isso era espectável que a mesma tivesse início dentro de dias. -----

----- Sobre a Reunião ocorrida na CIMLT com o Ministro da Saúde, manifestou alguma tristeza com o conteúdo da mesma e com a forma como decorrera, nomeadamente no que se refere às respostas dadas, que em nada apontaram soluções, deixando ainda mais dúvidas. Falara-se de vários casos, além do Centro Hospitalar do Oeste, abordando-se a ineficácia dos serviços de saúde e a indisponibilidade de serviços no Hospital de Santarém, informando que alertara o Sr. Ministro da Saúde que aquela ineficácia que está a colocar em causa todo o funcionamento do Sistema Integrado de Emergência Médica, que tem de fazer as suas deslocações para outros hospitais, sendo necessário despende de mais tempo, disponibilizando muitos meios por todo o distrito de Santarém, não tendo sido obtida nenhuma solução, nem resposta por parte do Sr. Ministro. Contudo, disse que os Presidentes de Câmara não podem aceitar como normal que os serviços do hospital “funcionem fechados” com uma calendarização de quando é que estão abertos, dizendo que não se trata de um qualquer serviço, mas sim de um serviço de saúde, que na ótica do Sr. Ministro da Saúde, aquela seria uma boa solução, porque assim os serviços estão fechados, mas as pessoas/utentes têm esse conhecimento, pelo que o Senhor Presidente salientou que na sua opinião está-se a nivelar muito por baixo o serviço de saúde.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que falou com o Sr. Ministro da Saúde sobre o problema da falta de médicos de família em Rio Maior e ainda sobre a localização do Centro Hospitalar do Oeste. -----

----- Quanto à localização do Centro Hospitalar do Oeste disse que mais uma vez ficou triste com a resposta, tendo lhe apresentado toda a argumentação utilizada para a nova

localização, sendo a mesma já do conhecimento do Sr. Ministro, contudo o mesmo respondera e passa-se a citar “estou a ver que vamos ter mais uma década sem novo Centro Hospitalar do Oeste, porque os autarcas não se entendem”. -----

----- Sobre o presente tema disse que tinha respondido que essa decisão não cabia aos Autarcas, mas sim ao Governo Central e dela não se deviam demitir, razão pela qual discordava da apreciação feita pelo Sr. Ministro da Saúde, e resumidamente este era o ponto de situação relativamente à localização do Centro Hospitalar do Oeste. -----

----- Sobre a BTL, disse que Rio Maior se tinha destacado pela positiva, e que inclusivamente tinham recebido vários elogios por parte de alguns Municípios, sobre a apresentação do Stand, e ainda, pelo facto de terem estado presentes os produtores fazendo a divulgação do que de melhor se produz em Rio Maior, acrescentando que os riomaiorenses e Rio Maior estavam de parabéns. -----

-----**ORDEM DO DIA** -----

-----**PONTOS DA ORDEM DE TRABALHOS** -----

----- **PONTO I – DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- **DESPACHO Nº 11/2023 – EXECUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA MOAGEM E REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE – AUTORIZAÇÃO DA PRORROGAÇÃO GRACIOSA.**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho nº 11/2023, datado de 16 de fevereiro, pelo qual se determinou a autorização da prorrogação graciosa da empreitada “Execução da Requalificação da Moagem e Requalificação da Envolvente”, ao adjudicatário Solmaior, Lda., pelo prazo de 133 dias, com os efeitos previstos nos nºs 2 e 3 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de janeiro, projetando a sua conclusão para o dia 30 de junho de 2023, sem lugar à reposição do equilíbrio financeiro do contrato derivada da presente prorrogação, nem a implicação de quaisquer encargos financeiros para o Município para além dos previstos no contrato inicial, assim como, a não aplicação de multas contratuais ou outras sanções ao adjudicatário pelo atraso verificado; -----

----- A aprovação do mapa de trabalhos adaptados ao novo prazo de execução da empreitada; -----

----- A aprovação da minuta da adenda ao contrato nº 73/2023/E, nos termos propostos.

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR MIGUEL FÉLIX PAULO.** -----

----- Interveio dizendo que os Vereadores do Partido Socialista tinham tido uma reunião com os Serviços onde estiveram presentes os Chefes de Divisão Senhores Henrique Granada e Ricardo do Rosário, e onde de certa forma ficou “amadurecida” a questão das Empreitadas. No entanto analisando o Despacho disse que lhe parecia que era a primeira

vez que se fazia a prorrogação do prazo de execução daquela obra. -----

----- Continuou dizendo que não iriam estar contra a prorrogação da obra, mas era irreal que a obra estivesse concluída dentro do prazo que estava a ser solicitado e isso era uma preocupação. -----

----- Disse também que a Câmara Municipal, preventivamente, se deveria preparar para uma eventual resolução de contrato com a Empresa, no entanto e sabendo que isso iria acarretar outras situações, nomeadamente outras empreitadas outros custos, não pode deixar de alertar para o facto do património municipal continuar a degradar-se. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**, interveio dizendo que não concordava com a opinião do Vereador Miguel Félix Paulo, relativamente à resolução do contrato, evidentemente será sempre um caminho que a Câmara Municipal pode equacionar, não obstante mais do que o prazo da obra, o que o preocupava mais era o financiamento da mesma. -----

----- Continuou dizendo que se eventualmente ao dia de “hoje” a Câmara Municipal tomasse a decisão de resolver o contrato, surgiriam vários problemas, nomeadamente o procedimento administrativo que iria protelar ainda mais o tempo de construção da obra, em cerca de 60 dias, e por isso o tempo do financiamento não permite isso, por outro lado os preços que iriam ser praticados num novo procedimento seriam substancialmente superiores aos que estão a ser praticados, disse que tinha percebido que o Vereador também estava sensível a essa questão, porque também o tinha referido. -----

----- Ainda sobre o presente tema, disse que não se sentia totalmente confortável, mas por outro lado o cumprimento dos prazos que tem vindo a ser acordados com a Câmara Municipal, estão a ser minimamente cumpridos, e que nos últimos 6 meses se tem visto outro ritmo de obra, portanto partilhava de algumas das preocupações, mas discordava da solução passar pela resolução do contrato com a Empresa. -----

----- Colocado à votação o Despacho foi **ratificado por unanimidade**. -----

----- **DESPACHO Nº 12/2023 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIO MAIOR, NA FORMA DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO ESPAÇO DESTINADO A ESTACIONAMENTO.**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho nº 12/2023, datado de 23 de fevereiro, pelo qual se determinou a atribuição de um apoio à Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, na forma de execução dos trabalhos, no montante de 17.264,37 € (dezassete mil, duzentos e sessenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos), de acordo com estimativa orçamental em anexo ao presente Despacho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocado à votação o Despacho foi **ratificado por unanimidade**. -----

----- DESPACHO Nº 14/2023 – ABERTURA PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO POR CRITÉRIOS MATERIAIS PARA A “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (MT E BTE)” | ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 24.º DO CCP.-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho nº 14/2023, datado de 6 de março, pelo qual se determinou: -----

----- A abertura de procedimento de ajuste direto, com fundamento na alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP, para Fornecimento de Energia Elétrica (MT e BTE), pelo preço base de € 708 939,94 (setecentos e oito mil novecentos e trinta e nove euros e noventa e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- A aprovação das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP;-
----- Que seja convidada a apresentar proposta a entidade: Endesa Energia S.A. - Sucursal Portugal; -----

----- Nos termos do disposto no artigo 290.º A do CCP, designar como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, o Técnico Superior, Eng.º Pedro Miguel. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR MIGUEL FÉLIX PAULO. -----

----- Interveio questionando o Executivo, se o contrato iria suprir a lacuna da não contratação com a CIMLT. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**, interveio para responder à questão colocada, dizendo que existia um Acordo Quadro, da CIM, que foi feito para o fornecimento a todos os Municípios, e que foi celebrado o contrato entre o Município de Rio Mior e o novo fornecedor, no entanto houve um outro fornecedor que interpôs a ação com efeitos suspensivos em Tribunal, por conseguinte, até que este assunto seja resolvido os Municípios tinham de ter uma salvaguarda. -----

----- Colocado à votação o Despacho foi **ratificado por unanimidade**. -----

----- PONTO II - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO DE 2023 -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, por motivos de simplificação e celeridades processuais, delegar no Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais a efetuar em 2023, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública e, ainda, que em todas as reuniões da Câmara Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da delegação em causa. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- PONTO III-ATUALIZAÇÃO DE MAPA FINANCEIRO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA | 2023 | CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do n.º 2 da cláusula 6.ª dos contratos interadministrativos e em consonância com a deliberação da Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2018, autorizar a atualização do mapa financeiro, referente à transferência dos recursos financeiros, no valor total de € 444 694,52 (quatrocentos e quarenta e quatro, seiscentos e noventa e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), conforme mapa em anexo, destinados à execução dos contratos interadministrativos, celebrados com as respetivas freguesias do concelho de Rio Maior, no âmbito da execução de delegação de competências para o ano de 2023. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** com declaração de voto do Vereador Miguel Félix Paulo, subscrita pela Vereadora Susana Maria Marques Higino de Avelar Gaspar. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Miguel Félix Paulo**, que se transcreve na íntegra:

----- “Votando favoravelmente este ponto, tive oportunidade de ver nas informações que me chegaram que ele decorre daquilo que acabou de referir, mas também das negociações e contactos que foram feitos com cada um dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e nessa base, se é aquilo que eles entendem que é justo, é aquilo que eles entendem por necessário para as suas freguesias, quem sou eu enquanto vereador nesta fase para me opor e por isso voto favoravelmente e corroboro as suas pretensões”. -----

----- PONTO IV – TASQUINHAS 2023 – PATROCÍNIOS -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aceitar as doações das empresas que manifestaram intenção de patrocinar a 37.ª Edição da Feira de Gastronomia, Artesanato e Doçaria – Tasquinhas 2022, no valor total de € 34 672,50, (trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos), designadamente: -----

----- FGP - Fonseca Garcia & Prazeres – Comércio e Representações de Bebidas, Lda. - € 16 912,50, (dezasseis mil, novecentos e doze euros e cinquenta cêntimos); -----

----- Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda. - € 9 840, (nove mil, oitocentos e quarenta euros);

----- Grupo Bel, S. A. - € 4 305, (quatro mil, trezentos e cinco euros); -----

----- R. Soares – Comércio de Automóveis e Representações, Unipessoal, Lda. - € 3 000,

(três mil euros); -----

----- Nobre Alimentação, Lda. - € 615, (seiscentos e quinze euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA SUSANA MARIA MARQUES HIGINO DE AVELAR GASPAR**, apresentou cumprimentos a todos os presentes, e interveio, dizendo que a Câmara Municipal aceitava as doações das Empresas e com isso ficavam contentes, no entanto questionou o Executivo, se estas doações eram feitas por convite ou se as Empresas se ofereciam voluntariamente para prestarem aqueles patrocínios, questionando também se havia algum mapa comparativo para verificar o que já tinha sido feito anteriormente. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA**, interveio para responder às questões colocadas, dizendo que existiam alguns patrocínios frequentes naquela feira, nomeadamente os patrocinadores do café e das bebidas, existindo um processo de negociação com a Câmara Municipal de continuidade e de relação. -----

----- Continuou dizendo que de facto era dirigido um convite às empresas, mas também existiam outras que elas procuravam ser patrocinadoras do evento, terminou a sua intervenção com um agradecimento a todas as Empresas que participam no evento – Tasquinhas 2023. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO V – APOIOS FINANCEIROS CARNAVAL 2023 – PAGAMENTO PARTICIPAÇÃO APÓS O EVENTO – TRANSFERÊNCIAS PARA FAMÍLIAS E INSTITUIÇÕES** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o pagamento dos valores respeitantes à participação no desfile noturno do “Carnaval no Rio 2023”, a transferir para “Instituições sem Fins Lucrativos” e para “Famílias”, de acordo com o número de participantes, viaturas por grupo inscritos e prémios extra para viaturas que selecionaram a modalidade de pagamento após o evento e devidos acertos comprovados no dia referente aos grupos que selecionaram a modalidade pagamento antes do evento. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO VI – APOIO FINANCEIRO PONTUAL PARA PARTICIPAÇÃO DO OPEN DE PORTUGAL – CAMPEONATO DE JUVENIS E ABSOLUTOS DE PORTUGAL EM NATAÇÃO – FUNCHAL** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuição de um apoio financeiro ao Clube de Natação de Rio Maior, no montante de €2.520 (dois mil e quinhentos e vinte euros) para a custear as despesas de deslocação, estadia e alimentação dos atletas apurados para o

Open de Portugal – Campeonato de Juvenis e Absolutos de Portugal em Natação, a realizar no Funchal do dia 30 de março a 2 de abril, tendo em conta o manifesto interesse público que representa a participação em tão prestigiada prova, elevando o nome do clube e do concelho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO VII – PAGAMENTO DE FATURA EM PRESTAÇÕES MENSAS – PROCESSAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar o pagamento da fatura relativa ao processamento do mês de janeiro/2023, num total de 196,45€ (cento e noventa e seis euros e quarenta e cinco cêntimos), em quatro prestações mensais, de acordo com o plano de pagamento. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO VIII – LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS/AS À BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS/AS DO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2022-2023** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, no âmbito do previsto no Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para os/as Alunos/as do Ensino Superior, Aviso n.º 2020/2018, de 13 de fevereiro, alterado pelo Aviso n.º 5782/2022, de 18 de março, e com base nos fundamentos expostos na informação técnica, aprovar a lista definitiva dos/as candidatos/as admitidos/as e excluídos/as à renovação e à 1ª atribuição das Bolsas de Estudo, ano letivo 2022-2023. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA**, interveio dizendo que tinha chegado ao conhecimento da Câmara Municipal, uma preocupação manifestada por uma Deputada da Assembleia Municipal, nomeadamente, que podiam existir candidatos que eram excluídos sem culpa “própria” por não terem apresentado documentos que não lhes tinham sido entregues, por entidades externas, em tempo útil e nesse sentido foi decidido que se iria verificar essa situação, para se poder minorar aquele problema, ou seja, ficar previsto em Regulamento, desde que se faça prova, que o documento foi pedido em tempo útil e alargar o prazo para juntar todos os documentos que sejam emitidos por outras entidades, não prejudicando assim os candidatos.-----

----- **VEREADOR MIGUEL FÉLIX PAULO**, interveio dizendo que se regozijava e reforçava

essa medida, uma vez que também era sua preocupação, que por factos não imputados ao candidato o mesmo ser excluído da candidatura à bolsa. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO IX – AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (1ºCEB) -ANO LETIVO 2022/2023 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHAS DO SAL –ADITAMENTO 2.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a transferência de verba referente a auxílios económicos ao 1º ciclo, ao Agrupamentos de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva valor de 151,20 € e ao Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal o valor de 25,20€, perfazendo um total de 176,40€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada à votação a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES** -----

----- Ao abrigo do preceituado no n.º 3, do artigo 57.º, do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e bem assim do que dispõe o nº 4, do artigo 34 do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar, em minuta, todos os textos das Deliberações, para efeitos imediatos.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dez horas e quarenta minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Margarida Maria Machado Coelho, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA:

A COORDENADORA TÉCNICA: